

RELAÇÕES BRASIL – PALOP:

17 anos de política externa e cooperação técnica para o desenvolvimento (2003 – 2020)

RELATIONS BRÉSIL – PALOP:

17 years of foreign policy and technical cooperation for development (2003 – 2020)

RELACIONES BRASIL – PALOP:

17 años de política exterior y cooperación técnica para el desarrollo (2003 – 2020)

RELATIONS BRÉSIL – PALOP :

17 ans de politique étrangère et de coopération technique pour le développement (2003 – 2020)

Iabna Infaga

Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

iabnainfaga@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1771-028X>

Eduardo Ernesto Filippi

Doutor em Economia Política, Université de Versailles – Saint-Quentin-en-Yvelines, França;
Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

edu_292000@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-8311-7287>

Recebido em: 15/12/2023

Aceito para publicação: 13/11/2024

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a política externa de cooperação internacional para o desenvolvimento empreendido pelos governos brasileiros, entre 2003 e 2020, junto aos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) – Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Para este estudo, dedica-se à análise da política externa brasileira e aos períodos históricos de governos Lula – Dilma e Temer – Bolsonaro nas suas relações com os PALOP, considerando a cooperação técnica brasileira para esses países. Conclui-se que as relações estabelecidas desde 2003 sempre estiveram voltadas para atender as demandas que possibilitaram o desenvolvimento ou avanço em determinadas áreas, tais como agricultura, saúde e educação, demandas essas que constituíram a cooperação bilateral entre o Brasil e os cinco países africanos.

Palavras-chave: Política externa brasileira; Cooperação técnica; Brasil; PALOP.

Abstract

The present article aims to understand the foreign policy of international cooperation for development

undertaken by Brazilian governments, between 2003 and 2020, together with the five Portuguese-speaking African Countries (PALOP) – Angola, Cape-Verde, Guinea-Bissau, Mozambique and São Tomé and Príncipe. For this study, it is dedicated to the analysis of Brazilian foreign policy and the historical periods of the Lula – Dilma and Temer – Bolsonaro governments in their relations with the PALOP, considering Brazilian technical cooperation for these countries. It is concluded that the relationships established since 2003 have always been aimed at meeting the demands that enabled development or advancement in certain areas, such as agriculture, health and education, these demands constituted bilateral cooperation between Brazil and the five African countries.

Keywords: Brazilian foreign policy; Technical cooperation; Brazil; PALOP.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la política exterior de cooperación internacional para el desarrollo emprendida por los gobiernos brasileños, entre 2003 y 2020, junto con los cinco países africanos de habla portuguesa (PALOP) – Angola, Cabo Verde, Guinea-Bissau, Mozambique y Santo Tomé y Príncipe. Para este estudio, se dedica al análisis de la política exterior brasileña y de los períodos históricos de los gobiernos Lula – Dilma y Temer – Bolsonaro en sus relaciones con los PALOP, considerando la cooperación técnica brasileña para esos países. Se concluye que las relaciones establecidas desde el año 2003 siempre han estado encaminadas a satisfacer las demandas que permitieron el desarrollo o avance en determinadas áreas, como la agricultura, la salud y la educación, estas demandas constituyeron una cooperación bilateral entre Brasil y los cinco países africanos.

Palabras clave: política exterior brasileña; Cooperación técnica; Brasil; PALOP.

Résumé

Cet article vise à analyser la politique étrangère de coopération internationale pour le développement menée par les gouvernements brésiliens, entre 2003 et 2020, avec les cinq pays africains lusophones (PALOP) – l'Angola, le Cap-Vert, la Guinée-Bissau, le Mozambique et São Tomé-et-Principe. Pour cette étude, nous nous consacrons à l'analyse de la politique étrangère brésilienne et des périodes historiques des gouvernements Lula-Dilma et Temer-Bolsonaro dans leurs relations avec les pays PALOP, en considérant la coopération technique brésilienne pour ces pays. On conclut que les relations établies depuis 2003 ont toujours eu pour objectif de répondre aux demandes qui ont permis le développement ou l'avancement dans certains domaines, tels que l'agriculture, la santé et l'éducation, demandes qui ont constitué la coopération bilatérale entre le Brésil et les cinq pays africains.

Mots-clés: Politique étrangère brésilienne; Coopération technique; Brésil; PALOP.

Introdução

No decorrer da primeira década do século XXI, o governo brasileiro, através da política externa de cooperação internacional, ampliou e diversificou sua agenda com projetos de cooperação internacional em benefício do progresso econômico e social de países em desenvolvimento de diferentes continentes, mediante a atuação de órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta. Além da ampliação de ações de cooperação internacional em setores tradicionais da política externa brasileira – como agricultura, saúde, educação, ciência, tecnologia e defesa –, também surgiram novos setores, tais como: gestão do desenvolvimento; fortalecimento institucional; pesquisa econômica aplicada; minas e energia, cultura e etc. (OSSAGÔ, 2013).

Nesse cenário, o presente artigo busca analisar a política externa de cooperação internacional para o desenvolvimento empreendido pelo governo brasileiro, entre 2003 e 2020, junto aos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) – Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe –, com o intuito de buscar e subsidiar o fortalecimento das parcerias de cooperação brasileira com esses países em desenvolvimento.

Além da cooperação, ou por motivo dela decorrente, observa-se que durante o século XXI os fenômenos da inserção soberana do Brasil vêm obtendo uma expressão geopolítica ímpar. Isso ocorre tanto nos países em desenvolvimento quanto nos países desenvolvidos, nos quais se buscam fortalecimento e novas parcerias para o desenvolvimento.

Com base nisso, o Brasil vem sendo visto como uma potência média, afastando-se das áreas críticas de tensão internacional, e que dispõe de certa margem de manobra e razoável condição geopolítica para definir suas estratégias internacionais – com o apoio dos países de PALOP que partilham a mesma identidade linguística, com os quais o Brasil mantém acordo de relações bilaterais e multilaterais.

A aproximação nas relações com os países africanos durante o novo século decorreu até à queda do segundo governo de Dilma Rousseff, em 2016. As mudanças políticas ocorridas no país a partir de 2016 – com o *impeachment* de Dilma, a subida de Michel Temer a cargo de presidente e as primeiras eleições presidenciais após essa ruptura política, que elegeu Jair Bolsonaro – evidenciaram mudanças de prioridades na política externa do Brasil, com preferências nas relações com os países desenvolvidos (EUA, UE, Japão, etc.).

Política externa brasileira para os PALOP (2003-2016)

A política externa brasileira do início do século XXI esteve voltada para a diversificação das relações políticas e econômicas. Durante o período “dos governos Lula da Silva (2003- 2010) e Dilma Rousseff (2011-2015), houve uma retomada da política externa brasileira para a África e especialmente para os PALOP” (RIZZI, 2016, p. 155). A iniciativa da política externa do governo Lula favoreceu, em grande parte: a priorização dos países que fazem fronteiras com o Brasil; a integração regional; a retomada da tradição multilateral; e a ampliação de proximidade com os países do Sul político, como China, Índia, Rússia e principalmente os de continente africano, na qual os PALOP têm sido destaque nessas relações — sob a ideia de Cooperação Sul-Sul. Dessa forma, considera-se que durante esse período o Brasil buscou parcerias estratégicas com os países similares em todos os continentes.

A partir de 2003 já foi “possível observar uma tendência de crescimento das relações com os países em desenvolvimento, a fim de diversificar as relações políticas e econômicas do país como resposta aos novos constrangimentos do sistema internacional” (SILVA; ANDRIOTTI, 2012, p. 69). E diante desse cenário, as perspectivas em relação aos países africanos estavam configuradas como um espaço estratégico e fundamental para a política externa do governo Lula; pois constatou-se o aumento das relações com os eixos, que antes eram pouco explorados pela Política Externa Brasileira (PEB), demonstrando uma forma de expandir as relações externas do país de modo contrário ao que estava sendo executado anteriormente, num

período em que o Brasil ainda não conseguia estabelecer relações firmes com os países que estivessem fora do eixo tradicional.

Segundo Rinaldi (2015), entre os grandes objetivos e diretrizes estabelecidos pelo governo de Lula da Silva, em matéria da política externa, ou seja, em matéria diplomática, pode-se destacar cinco elementos que estiveram em evidência e que representaram as maiores iniciativas do período, sendo elas: a aproximação do Brasil com os países vizinhos sul-americanos, visando à consolidação de um espaço regional de atuação crescente e influente do país, principalmente mediante os processos de integração e cooperação multilateral;

- a) a ampliação dos acordos de cooperação e aproximação política com países de similar poder relativo ao Brasil, classificados como relações horizontais ou Sul-Sul;
- b) a aproximação comercial com países considerados médios, no sentido de avançar com aquilo que Lula denominava “nova geografia comercial global”;
- c) as relações maduras e respeitadas com parceiros tradicionais, entre eles os Estados Unidos e a União Europeia;
- d) a diplomacia ativa no cenário internacional, com destaque para a intensiva participação brasileira nos fóruns multilaterais de negociação.

No seu primeiro discurso como presidente do Brasil, na sessão de posse no Congresso Nacional, em 1 de janeiro de 2003, em Brasília, Lula destacou fatos de aproximação e valorização dos países africanos, declarando que: “reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades” (BRASIL, 2003, p. 10).

No exercício da sua política externa, é possível destacar o grande número de viagens realizadas pelo chefe do executivo para representar pessoalmente os interesses do Brasil no exterior. Fato esse, que também chama atenção para a relevância da organização da sua equipe técnica, que auxiliava no manejo das estratégias e da visão da política externa. Isso porque a execução da PE atendia às grandes linhas de pensamento assumidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) a respeito da política internacional, o que torna evidente a leitura feita pelo partido sobre o sistema internacional vigente e o papel do Brasil neste cenário. Para o exercício das relações exteriores foram escolhidos: Celso Amorim, para o cargo de Ministro das Relações Exteriores; Samuel Pinheiro Guimarães, para a Secretaria Geral do Itamaraty; e Marco Aurélio Garcia, para a Assessoria Presidencial em Relações Internacionais – que em exercício dessas funções demonstra a convergência ideológica entre Presidente e seus Ministros.

De acordo com Ribeiro (2007), a política externa do governo de Lula da Silva firmou posições tradicionais da ideologia do PT, que defendia uma parceria com os países no âmbito da relação Sul-Sul. No discurso proferido pelo Embaixador Celso Amorim, em ocasião da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, no dia 1º de janeiro de 2003 em Brasília, destacou que:

Desenvolveremos, inclusive por meio de parcerias com outros países e organizações, maior cooperação com os países africanos. Angola e Moçambique, que passaram por prolongados conflitos internos, receberão atenção especial. Valorizaremos a

cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (a CPLP), inclusive com seu mais novo membro, o Timor Leste. Nossa política externa não pode estar confinada a uma única região, nem pode ficar restrita a uma única dimensão. O Brasil pode e deve contribuir para a construção de uma ordem mundial pacífica e solidária, fundada no Direito e nos princípios do multilateralismo, consciente do seu peso demográfico, territorial, econômico e cultural, e de ser uma grande democracia em processo de transformação social. O Brasil atuará, sem inibições, nos vários foros internacionais, regionais e globais. Incentivaremos a promoção universal dos direitos humanos e o combate a todas as formas de discriminação. Lutaremos para viabilizar o desenvolvimento sustentável e para eliminar a pobreza (AMORIM, 2003a, p.4).

A ideia transmitida durante esse discurso se tornou uma realidade na política externa brasileira, que foi assumida por meio de dez dias de visitas de Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, onde passou por seis países africanos, entre eles: Moçambique, Zimbábue, São Tomé e Príncipe, Angola, África do Sul e Namíbia, o que aconteceu em apenas quatro meses depois de ter assumido o Itamaraty. Nos países de língua portuguesa – Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe – o ministro teria incentivado a participação de empresários locais no Fórum Empresarial da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), realizado nos dias 10 e 11 de junho de 2003, em Fortaleza, e também do Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio, realizado de 9 a 10 de junho de 2003, em Fortaleza, pelo MRE em cooperação com o Grupo de Embaixadores Africanos em Brasília.

Esses Fóruns proporcionaram um espaço importante para discussão de temas relevantes para a promoção e aprofundamento das relações do Brasil com os países africanos, principalmente os PALOP, com ênfase em três áreas: política e questões sociais; economia e comércio; e educação e cultura, tendo a participação de Lula na cerimônia da abertura (AMORIM, 2003b).

É inegável que o governo de Lula buscou desde o primeiro ano do seu mandato ressaltar a importância da cooperação entre os países em desenvolvimento e a expansão das relações do país fora do eixo norte-sul. Enquadrou-se à essa linha de atuação, mas sem menosprezar as relações consideradas tradicionais à política externa do Brasil, como por exemplo a cooperação com os países desenvolvidos que compõem esse eixo, sendo eles principalmente a Europa e os Estados Unidos da América (SILVA; ANDRIOTTI, 2012; ALMEIDA *et al.*, 2023).

Para Campos (2008), num primeiro momento o Brasil atuou no âmbito da CPLP na área da saúde, ajudando, por exemplo, a Guiné-Bissau no combate à malária que afetava a população, bem como parcerias para tratamento da AIDS na Angola e Moçambique. Além disso, também forneceu remédios a preços mais baratos para diversos países da África. Todavia, as ações externas do Brasil durante esse período relacionam-se com numerosas viagens realizadas pelo presidente Lula aos PALOP durante o seu governo, e na continuidade seguida pela presidenta Dilma, que embora tenha realizado poucas viagens a PALOP, garantiu a manutenção dos projetos de cooperação. Em relação às viagens, observa-se no Quadro 1 as datas e os destinos durante os mandatos dos presidentes petistas:

Quadro 1 – Viagens presidenciais de Lula e Dilma para os PALOP

ANO	MÊS	PAÍSES VISITADOS
1º mandato Lula		
2003	Novembro	São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique
2004	Julho	São Tomé e Príncipe e Cabo-Verde
2005	Abril	Guiné-Bissau
2º mandato Lula		
2007	Outubro	Angola
2008	Outubro	Moçambique
2010	Julho	Cabo-Verde
2010	Novembro	Moçambique
1º mandato Dilma		
2011	Outubro	Moçambique e Angola

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de Biblioteca da Presidência (Brasil, 2022).

As viagens proporcionaram a intensificação das relações do Brasil-PALOP no âmbito da cooperação bilateral com cada um dos países, o que se pode constatar através dos projetos que foram implementados, principalmente na política externa do governo Lula, que posteriormente tiveram a continuação com Dilma, embora com menor intensidade. A partir de iniciativa da PE do governo Lula – de se aproximar desses países – realizaram-se grandes ações de cooperação no âmbito social, cultural e econômico, em que houve ampla atuação da cooperação técnica para o seu desenvolvimento, envolvendo as trocas de conhecimentos (tecnologia social) com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Após o governo de Lula da Silva, Dilma Rousseff foi eleita, tomando posse em janeiro de 2011. Na oportunidade, nomeou para o Ministério das Relações Exteriores, Antônio Patriota, substituindo Celso Amorim. Assim, política externa para os PALOP tomou forma em sua gestão, quando a presidenta participou da reunião do IBAS, na África do Sul, e na sequência visitou Angola e Moçambique. É importante destacar que durante sua gestão, Dilma enfrentou um contexto mais difícil do que seu antecessor. No âmbito interno, começou a enfrentar limitações ao modelo de crescimento baseado no mercado interno e redistribuição de renda, que passou a ser um exercício de grande esforço para o governo federal. Já no âmbito externo, a presidenta deparou-se com um ambiente desfavorável para as ações externas, dado os efeitos da crise econômica internacional que começou a ser sentida de forma mais acentuada, juntamente a diversas situações que aconteceram pelo mundo, como por exemplo, a

“Primavera Árabe”, que teve seu desdobramento no continente africanos (com queda de regimes, instabilidade e ingerência das potências ocidentais na região, entre outros fatores), o que criou um ambiente menos favorável em comparação com aquele vivido pelo presidente anterior (OLIVEIRA, 2015).

Para Saraiva (2014, p. 27), a ex-presidente Rousseff “mostrou sua preferência pela solução dos problemas internos, junto com seu pouco interesse por temas externos, particularmente aqueles que apresentassem ganhos difusos, não tangíveis em curto prazo”. Sobre os problemas sugeridos por Saraiva (2014), cabe apontar que durante o governo Dilma houve o enfrentamento de inúmeros protestos ocorridos entre 2013 e 2016 e dificuldades econômicas constantes. Outro fator que demonstra a diminuição das ações internacionais, se relaciona com a diferença do número de países visitados em seu primeiro mandato quando comparado ao do seu antecessor, Lula da Silva, que conseguiu visitar todos os PALOP, alguns mais de uma vez, enquanto Rousseff visitou apenas Angola e Moçambique, em 2011. Em termos gerais, enquanto Lula visitou cinquenta e um (51) países, em seus quatro primeiros anos como presidente, Rousseff visitou trinta e seis (36) países (Brasil, 2023), essa distância em relação aos aspectos das relações exteriores não apresentou mudanças significativas nos governos posteriores.

Política externa brasileira para os PALOP (2016-2020)

Em 2016 o Brasil sofreu diversas mudanças que afetaram o andamento da política – desencadeado com o *impeachment* de Dilma –, momento em que Michel Temer assumiu a presidência do país em 31 de agosto de 2016 e, junto com ele, José Serra assumiu o Ministério das Relações Exteriores. Ao longo de dois anos de governo, verificou-se a pouca influência da diplomacia presidencial brasileira para os PALOP, sendo realizada apenas uma visita em 2018 a Cabo-Verde (para a Conferência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP).

As relações com a África, no discurso proferido na XI Conferência de Chefes de Estado da CPLP, realizada em Brasília, em 2016, Temer fez menção à crise brasileira e aos caminhos da nova política externa de seu governo. Nessa ocasião, o presidente demonstrou uma certa limitação dos investimentos externos para os países africanos, ressaltando a fala de ex-primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher. Na citação feita, destacou que:

[Thatcher] olhe, não vamos pensar que o Estado pode fazer projetos generosos e achar que existe um dinheiro público diferente do dinheiro privado”. Porque o dinheiro público nasce do dinheiro privado, nasce precisamente dos tributos, nasce daqueles que contribuem. Então é preciso em dado momento, dizia ela –, como nós estamos fazendo no Brasil –, dizia ela “é preciso muitas vezes conter a despesa pública porque você só pode gastar aquilo que arrecada [...] O propósito da presidência brasileira, em síntese, é o de contribuir para uma CPLP moderna e afinada com nossas reais necessidades (BRASIL, 2016a, p.4).

Com ascensão de Temer como presidente do Brasil a política externa brasileira passou por mudanças em sua concepção e implementação. Nessa perspectiva, vale ressaltar a mudança na forma como se dava a atribuição ao cargo do ministro das relações exteriores, uma vez que nos governos petistas eram delegados para essa função os servidores de carreira, no mandato de Temer essa nomeação foi alterada, garantindo a indicação dos ministros com base em relações políticas. Em razão disso, o Itamaraty foi concedido ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que se firmou durante um longo período como um dos principais adversários do Partido dos Trabalhadores (PT) na arena política, e que passou a implementar diretrizes voltadas às suas preferências, tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo (OLIVEIRA, 2018).

Para Oliveira; Mallmann (2019), o foco do governo Temer foi de estabilizar (reformular) a economia brasileira de forma a atender às demandas dos grupos políticos que viabilizaram o *impeachment* da presidenta Dilma. É notável que, tanto Temer quanto Rousseff sofreram com a crise econômica que abalou o mercado interno, assim como os desafios internacionais de uma crise econômica que ainda se sentia. Com esse cenário que o país enfrentava, a atenção governamental e presidencial voltou-se ao âmbito da política interna, delegando maior número de atividades externas aos ministros e ao Itamaraty.

No âmbito da política externa, houve a volta da agenda neoliberal em detrimento da postura neodesenvolvimentista (impregnada pelos governos Lula e Dilma), o que pode ser percebida com a escolha de José Serra (do PSDB) para assumir o Ministério das Relações Exteriores. Logo no seu discurso de posse, Serra demonstrou as diretrizes da nova política externa que seria seguida em seu mandato, destacando-se disso as propostas em relação ao continente africano, que evidenciava a abordagem comercialista e pautada num discurso de uma “estratégia Sul-Sul correta”, longe daquele que foi promovido pelos governos anteriores do PT (OLIVEIRA; MALLMANN, 2019). Nas palavras de Serra, destacou-se na nona diretriz que:

estaremos empenhados igualmente em atualizar o intercâmbio com a África, o grande vizinho do outro lado do Atlântico. Não pode esta relação restringir-se a laços fraternos do passado e às correspondências culturais, mas, sobretudo, forjar parcerias concretas no presente e para o futuro. Ao contrário do que se procurou difundir entre nós, a África moderna não pede compaixão, mas espera um efetivo intercâmbio econômico, tecnológico e de investimentos. Nesse sentido, a solidariedade estreita e pragmática para com os países do Sul do planeta terra continuará a ser uma diretriz essencial da diplomacia brasileira. Essa é a estratégia Sul-Sul correta, não a que chegou a ser praticada com finalidades publicitárias, escassos benefícios econômicos e grandes investimentos diplomáticos (BRASIL, 2016b, p.5).

Em relação a esse discurso, percebe-se que o governo Temer reforçou uma visão diferente dos governos petista, demonstrando um certo nível de afastamento da política implementada pela gestão anterior. Com Temer, houve a reorganização das ações externas, em que o direcionamento vislumbrava principalmente os países mais industrializados, relegando aos países africanos o estreitamento das relações no âmbito econômico, tecnológico e de

investimento, o que era assumido como algo eficaz para os interesses brasileiros com esses países do continente africano. Para Oliveira; Mallmann (2019, p. 13), “o governo Temer se mostra destoante desse ciclo iniciado no governo Lula e continuado, mesmo que com mudanças, pelo governo Rousseff, ao optar pelo bilateralismo ao invés do multilateralismo e por trazer à mesa de negociações antigos aliados preferenciais (como os EUA) em detrimento das relações Sul-Sul”. Ainda, torna-se notável uma mudança de visão em relação aos países africanos, que pode ser percebida pelo tom dos discursos e pela política adotada de seus ministros das Relações Exteriores, que deixaram evidentes a mudança de preferência da política externa do país (SILVA, 2019).

Em fevereiro de 2017, José Serra pediu exoneração do cargo de ministro das Relações Exteriores alegando problemas de saúde e foi substituído pelo senador Aloysio Nunes (PSDB), ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Ao assumir o Ministério das Relações Exteriores em março de 2017, Aloysio manteve as diretrizes e reforçou os compromissos firmados ao longo da gestão do seu antecessor. Na prática, a atuação do Itamaraty durante o governo Temer consistiu, de modo geral: na abertura de mercado; na busca de investimentos estrangeiros; no fortalecimento do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul); na valorização dos acordos comerciais do Mercosul (Mercado Comum do Sul), Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai com outros blocos em especial a União Europeia, e outros países. Dessa forma, é possível concluir que a política externa instituída pelo MRE, durante o governo Temer, buscou revalorizar os acordos comerciais com outros blocos e países (ALVES, 2018).

Em relação aos PALOP, Pio Penna Filho apontou que as relações com os países africanos mudaram, mas as relações com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), especialmente Angola e Moçambique, permaneceram as mesmas, “pois nesses dois países, onde há interesses materiais concretos, há investimentos brasileiros, há um comércio maior”, ou seja, não se vê nenhum problema no âmbito das relações do Brasil com os PALOP a partir de uma mudança de governo no país (MELO, 2016).

Todavia, destaca-se que as grandes mudanças que ocorrem no direcionamento das políticas externas dos países acontecem quando ocorre a mudança para um novo governo, uma vez que, dependendo da percepção política do eleito, pode carregar diferentes alinhamentos e percepções do cenário e das agendas internacionais (HERMANN, 1990). Mas, considerando a análise do caso brasileiro em relação aos PALOP, geralmente ocorre a continuidade das ações governamentais, tendo em conta as razões históricas, culturais e linguística que une o Brasil a esses países.

Embora não tenha sido expressiva as relações Brasil-PALOP durante o mandato de Temer, os protocolos regulares foram mantidos pelos chanceleres dos países, como encontros do ministro José Serra com os chanceleres de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau e Moçambique e com o secretário-executivo da CPLP, na ocasião da XI Conferência de Chefes de Estados e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em Brasília, nos dias 31 de outubro e 1 de novembro de 2016. Em 28 de maio 2016, Serra realizou uma visita oficial a Cabo-Verde, onde manteve reuniões de trabalho com seu homólogo Luís Filipe Tavares, com o primeiro-ministro Ulisses Correia e Silva e com o Presidente Jorge Carlos Fonseca. Em 31 de outubro do mesmo ano, houve a assinatura de um documento sobre

serviços aéreos entre República Federativa do Brasil e a República de Cabo-Verde. Em seguida, ocorreu a viagem de Michel Temer a Cabo-Verde para participar da XII Conferência de Chefes de Estados e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (BRASIL, 2021).

O segundo ministro de Temer das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, realizou visitas entre 11 e 12 de maio de 2017, a Moçambique, em que participou da cerimônia de abertura do seminário empresarial, por ocasião de sua visita a Maputo, e manteve reunião de trabalho com o ministro de Relações Exteriores de Moçambique, Oldemiro Baloi. Em 2017, Aloysio visitou São Tomé e Príncipe, mantendo encontros de trabalho com o primeiro-ministro do país, Patrice Émery Trovoada. Já em 2018, o presidente de São Tomé e Príncipe, Evaristo Carvalho, visitou o Brasil por ocasião do 8º Fórum Mundial da Água. No mesmo ano, Nunes visitou a Angola, encontrando-se com o chanceler Manuel Augusto e sendo recebido em audiência pelo Presidente da República, João Lourenço, em 9 de fevereiro 2018 (BRASIL, 2021).

A continuidade entre os governos Temer e Bolsonaro, em relação à Política Externa, se dá pela prioridade em temas da agenda como a minimização do legado petista, o comércio e a segurança. Apesar da mudança dos chanceleres do Ministério das Relações Exteriores, com personalidades e características diferentes, tanto José Serra (2016-2017) quanto Aloysio Nunes (2017-2018) e Ernesto Araújo (2019-2021) mantiveram discursos, ações e estratégias similares nesses três eixos de Política Externa Brasileira.

Em seu discurso de posse do cargo de Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro afirmou: “vamos retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais. Vamos em busca de um novo tempo para o Brasil e para os brasileiros!”, o que foi a única menção feita por Bolsonaro em relação a PEB (BRASIL, 2019). Na ocasião, teve a participação do chanceler angolano, Manuel Domingos Augusto, em representação do presidente João Lourenço na cerimônia de posse em 1º de janeiro 2019. Em dezembro do mesmo ano, houve as visitas do Ministro Ernesto Araújo a Cabo-Verde (9 de dezembro) e Angola (entre 12 e 13 de dezembro), onde manteve reuniões com Ministro de Estado das Relações Exteriores, Manuel Domingos Augusto, a Ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa e Ministro de Defesa, Silvano de Jesus Sequeira Kianda.

Já em 2 de março de 2020, o chanceler Manuel Domingos Augusto visitou o Brasil, retribuindo a visita do Ministro Ernesto Araújo, a Luanda, no ano anterior. Em 17 de julho de 2021, o Vice-presidente, Hamilton Mourão, participou na XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Luanda, Angola e se reuniu com o Presidente do país, João Lourenço, para tratar da crise da Igreja Universal do Reino de Deus a pedido do presidente Jair Bolsonaro (Brasil, 2021), situação que se expressa com maior notoriedade nas relações entre o Brasil e a Angola.

Cooperação técnica sul-sul do Brasil e PALOP

A diplomacia entre Brasil e os PALOP, com a implementação de vários projetos de cooperação técnica em Angola, Moçambique, Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, nas áreas de saúde, agricultura e educação. Algo distinto do comércio de mercadorias.

Para Ipea (2013, p. 25), a cooperação técnica brasileira visa à capacitação de indivíduos e ao fortalecimento de instituições no exterior, por meio de:

- a) desenvolvimento de capacidades;
- b) transferência e compartilhamento de conhecimento e tecnologias nacionais com potencial de adaptação, absorção e geração de impactos positivos no desenvolvimento autônomo de outros países.

Esses fatores necessitam da adaptação às realidades locais, tendo em vista a capacitação dos recursos humanos, da atuação de mão de obra local e da compreensão de projetos adequados às características de cada país.

A cooperação existente entre os países do PALOP e o Brasil é uma importante parte da cooperação entre Brasil e África. Grande parte dos recursos da ABC para a cooperação técnica é destinado para os programas com os países do PALOP. Além da cooperação cultural em detrimento das semelhanças existentes em função da língua comum, existem outros setores nos quais são realizados projetos de cooperação entre os países (SILVA; ANDRIOTTI, 2012, p. 84).

As principais áreas de cooperação com os PALOP são: agricultura, saúde e educação profissional. Entre 2005 e 2009, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) são os principais beneficiários da cooperação técnica brasileira, entre eles: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Juntos, esses países receberam 27% do volume de cooperação técnica brasileira, nas diversas áreas (IPEA, 2013). Já em 2010, os PALOP receberam 74% dos recursos destinados a toda região da África (CABRAL; WEINSTOCK, 2010). Nesse âmbito de cooperações, para Renzio *et al.* (2013, p. 5), “a ABC estabelece parceria com instituições técnicas que serão responsáveis pela gestão e execução do programa ou projeto de cooperação” (algumas instituições como FIOCRUZ, EMBRAPA e SENAI) junto dos parceiros africanos.

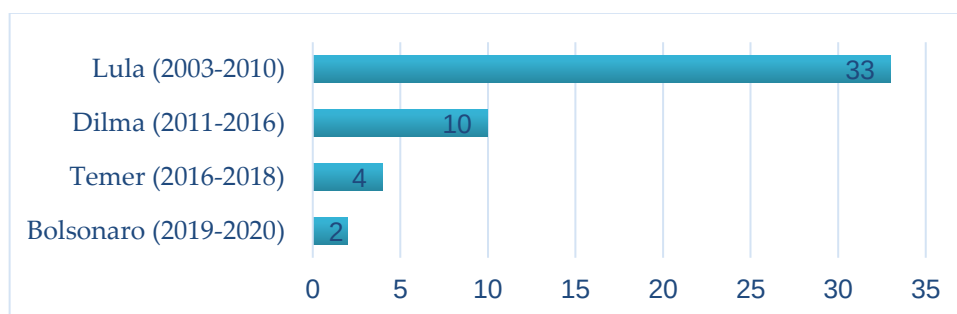
Os PALOP têm grande importância para o aprofundamento deste estudo, uma vez consideradas as características que interessavam à política externa brasileira no âmbito das cooperações. Isso se refletiu nas relações que envolvem o Brasil e a África que, por diversas razões, criaram vínculos de importância no campo da CSS, em que o Brasil disponibiliza serviços que atendem as demandas desses países nas áreas acima mencionadas, contribuindo para a melhoria em determinados setores.

Ao longo da primeira década, e no âmbito da CSS, o Brasil protagonizou diversas iniciativas que incentivaram mudanças para o desenvolvimento político, econômico, social e cultural desses países africanos, os quais viviam momentos de estabilidade – principalmente a Angola, que recém havia saído de uma guerra civil em 2002. Essa foi uma estratégia adotada na política externa brasileira, com base no esforço de uma maior aproximação em relação à África, em

que esses países serviam de ponte de articulação para atingir o continente como um todo, fazendo com que o Brasil ampliasse a sua inserção internacional.

No período entre 2003 e 2020, o Ministério da Agricultura, por meio da Empresa de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), estabeleceu projetos modelo na área da agricultura nos PALOP, como se observa no Gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 – Projetos executados pelo Brasil nos PALOP na área da agricultura (2003-2020)

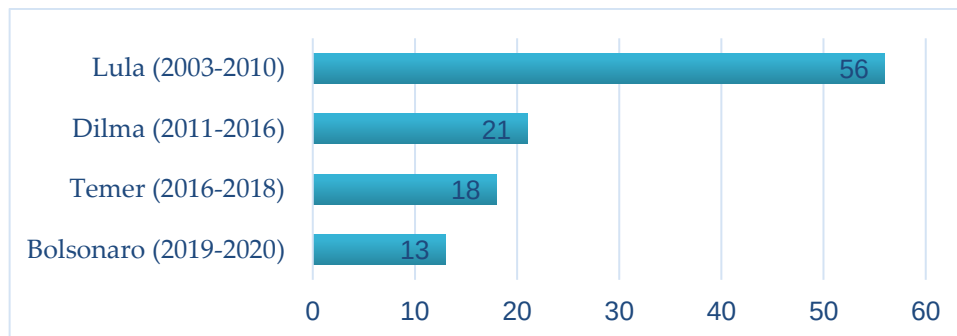


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de ABC (Brasil, 2022).

No período Lula, foram implementados maiores números de projetos (33) para que fosse possível alcançar melhor nível de produção agrícola, a fim de desenvolver o setor e promover agronegócio no continente africano. Tendo em vista das ações implementadas durante o governo antecessor nos países africanos, a chegada de Dilma Rousseff à presidência gerou “expectativas de continuidade em relação ao programa de Luís Inácio Lula da Silva” (SILVA, 2018, p.2). Já no governo Temer, em relação à mesma área discutida, foram estabelecidos dois novos projetos e dois projetos de continuidade (um em Cabo-Verde, um em Guiné-Bissau e dois em Moçambique). Por fim, no período de governo de Bolsonaro, é possível observar a continuidade de dois projetos com os PALOP, um em Guiné-Bissau (que teve início no período Dilma) e outro em Cabo-Verde (que iniciou no período Temer) (ABC, 2022).

Na área de Saúde, a Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde do Ministério da Saúde (AISA), criada em 1998, é a unidade responsável pela condução dos temas internacionais no Ministério, que através da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) – uma conceituada instituição brasileira voltada para a pesquisa e para o desenvolvimento de ciências bioquímicas –, manteve uma relação de parceria com entidades dos países africanos (Banco Mundial e Ipea, 2011), que no período de 2003 a 2020, foram desenvolvidas diversas ações de cooperação bilateral com os PALOP. Por outro lado, no domínio de saúde, o Brasil manteve uma cooperação multilateral no quadro da CPLP com os PALOP, como se observa no Gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 – Projetos executados pelo Brasil nos PALOP na área de saúde (2003-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de ABC (Brasil, 2022).

A Cooperação Estruturante em Saúde (CES), desenvolvida pela Fiocruz, tem como principais focos o treinamento de recursos humanos e a construção de capacidades em pesquisa, ensino ou serviço para o fortalecimento ou criação de “instituições estruturantes” do sistema de saúde, tais como Ministérios da Saúde, Escolas de Saúde Pública, Institutos Nacionais de Saúde, Universidades ou cursos técnicos, escolas politécnicas em saúde, institutos de desenvolvimento tecnológico e de produção de insumos, incluindo fábricas de medicamentos. A proposta é que estas instituições operem coletivamente em redes nacionais e regionais, em que cada um apoia o outro para estruturar e fortalecer os sistemas de saúde de seus respectivos países (ALMEIDA *et al.*, 2010).

Essas características de atuação foram estabelecidas pela Fundação na cooperação técnica para o desenvolvimento com os PALOP, que tinha sido desenvolvida inicialmente com apoio de Cooperação Japonesa (JICA) e, posteriormente, com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na década de 90, que definiu um Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS). Para CPLP, o PECS caracteriza-se em: *Eixos Estratégicos* – treinamento e desenvolvimento de mão de obra da área da saúde; informação e comunicação na saúde; pesquisa em saúde; desenvolvimento de complexo industrial da saúde; vigilâncias epidemiológica e monitoramento de situação da saúde; emergência e desastres naturais; promoção e proteção da saúde; e *Redes Estruturantes* – institutos nacionais da saúde; escolas nacionais de saúde pública; escolas técnicas de saúde; centros técnicos de instalação e manutenção de equipamentos.

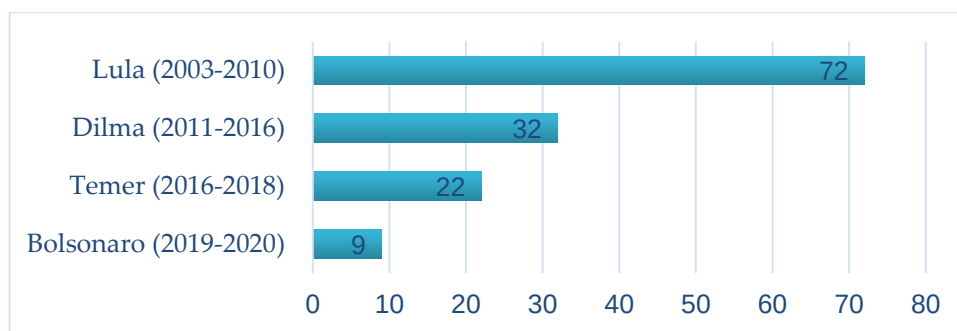
O apoio ao estabelecimento de Institutos Nacionais de Saúde Pública nos países membros da CPLP tem sido um dos principais objetivos da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública (RINSP) desde sua criação, em 2011. Contabiliza-se como alguns dos principais avanços da rede o apoio à criação do Instituto Nacional de Saúde Pública (INASA) da Guiné-Bissau, à criação do Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP) de Cabo Verde e à aprovação do seu plano executivo, além da inauguração do novo prédio do Instituto Nacional de Saúde (INS) de Moçambique.

Além disso, foram conduzidas diversas iniciativas de formação de profissionais de saúde, com a finalidade de capacitar os institutos para formular respostas estratégicas para o desenvolvimento dos sistemas nacionais de saúde (BRASIL, 2018, p. 103).

Para Brasil (2018), a cooperação do Brasil com os PALOP, em matéria de saúde, tem avançado em frentes diversas ao longo dos últimos vinte anos, tanto no âmbito bilateral quanto no multilateral. Em mais de seus vinte anos de história, a Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde (AISA) tem contribuído para fomentar e dar coerência às ações de cooperação internacional em matéria de saúde desenvolvidas pelo Brasil. Ao fazê-lo, o Ministério da Saúde contribui para o aprimoramento de políticas de saúde não apenas nos países parceiros, mas também no Sistema Único de Saúde brasileiro.

Na área de Educação, existe uma atenção especial voltada ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) nos países africanos e outras capacitações com atuação de MEC e MRE. Por outro lado, destacam-se os dois mais amplos programas brasileiros direcionados à formação de pessoal estrangeiro de nível superior no Brasil: o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), destinado a jovens entre 18 a 23 anos e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Os programas que constituem dimensão fundamental e histórica da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi), como se observa no Gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3 – Projetos executados pelo Brasil nos PALOP na área de educação (2003-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de ABC (Brasil, 2022).

No entendimento de Silva (2018), em relação ao CSS, Dilma manteve a estratégia de articular as dimensões econômicas, políticas e sociais, embora a social tivesse recebido grande peso no âmbito externo. Com base nisso, a cooperação continuou como um elemento prioritário na agenda política internacional do seu governo, onde tudo indicava uma intensificação das relações com os países vizinhos, embora outras regiões priorizadas pelo antecessor (África e Médio Oriente) continuassem a ser prioritárias, embora eram as mais afetadas por cortes orçamentais do Brasil. A política externa do seu governo seguiu promovendo as estratégias de CSS, particularmente no âmbito das coalizões BRICS e IBAS.

Desde 12 de maio de 2016, com a abertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff pelo Senado, como já mencionado, o vice-presidente Michel Temer assumiu como interino e iniciou uma nova política interna e externa (Silva, 2018, p. 13). Importante destacar que, após a perda do mandato de Dilma e com o governo Temer, houve uma mudança de interesse da política externa brasileira, tornando-se evidente a diminuição de projeção internacional do Brasil para os PALOP, considerando: projetos de cooperação.

A gestão Bolsonaro (que teve início em 1 de janeiro de 2019) seguiu na mesma linha de atuação do seu antecessor e ainda de forma mais firme, tendo em conta que as suas declarações, mesmo antes de assumir a presidência, demonstram menos interesse na política Sul-Sul. Ressalta-se que a política externa do governo Bolsonaro, em relação aos países africanos, carece de grande expectativa em termos de ações político-diplomático, econômico e cultural entre os dois lados do Atlântico Sul.

Considerações finais

No contexto da política externa brasileira, cada governo estabeleceu as prioridades para sua política externa, o que se tornou visível com a agenda de aproximação ou não dos governos brasileiros ao continente africano, que se refletiu nas relações com os PALOP (os principais receptores dos projetos de cooperação do Brasil na África). A partir do ano 2003 a PEB intensificou as relações com a África e, em particular, com os PALOP, mas essa intensidade foi diminuindo com o decorrer da segunda década do século XXI, ficando mais evidente com a mudança de governo que ocorreu em 2016 e que trouxe novas diretrizes que se seguiram até o ano de 2022 (fim do governo Jair Bolsonaro).

A ação de cooperação tem sido a base da política externa brasileira para os PALOP desde 1974, dado o início da independência da África lusófona. Diante disso, considera-se que esses países não possuem as mesmas características quando considerado as questões geográficas e econômicas, embora tenham semelhanças histórico-culturais ímpares, baseadas no império português. Os grandes PALOP, Angola e Moçambique – também chamados de Estados periféricos – possuem um desenvolvimento econômico superior aos do pequenos PALOP (Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), muito em razão da abundância de seus recursos minerais e localização estratégica no continente africano, dessa forma tornam-se mais atrativos para as investidas das potências em seus territórios (Rizzi, 2012). Essa situação foi evidenciada durante o desenvolvimento desta pesquisa, considerando o nível de comércio e investimentos do Brasil para os dois países mais economicamente “atrativos”.

No âmbito da cooperação técnica, entende-se que as relações diplomáticas bilaterais estabelecidas desde 2003 sempre estiveram voltadas para atender as demandas que possibilitaram o desenvolvimento ou avanço em determinadas áreas, tais como agricultura, saúde e educação; demandas essas que constituíram a cooperação bilateral entre o Brasil e os cinco países. Dos cinco PALOP, Moçambique lidera com maior número de projetos (83), seguido por Cabo-Verde (60), que apresenta um nível de institucionalização mais elevado, sobretudo da organização partidária, dos direitos e liberdades civis, e na sequência os países São Tomé e Príncipe (58), Guiné-Bissau (47) e Angola (44). Grande parte dos projetos foram

executados durante o período Lula-Dilma, 224, enquanto na gestão Temer-Bolsonaro se verificou uma grande redução, 68 projetos.

Referências bibliográficas

ABC. AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cooperação Sul-Sul**. [2012]. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

ALMEIDA, Célia; CAMPOS, Rodrigo Pires de; BUSS, Paulo; FERREIRA, José Roberto; FONSECA, Luiz Eduardo. A concepção brasileira de “cooperação Sul-Sul estruturante em saúde”. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 25-35, mar./2010.

ALMEIDA, Celia; LIMA, Thaisa Santos; CAMPOS, Rodrigo Pires de. Política externa e saúde no Brasil (1995- 2010): uma análise da diplomacia de saúde brasileira – da Aids ao ‘Fome Zero’. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 47, n. 136, p. 17-39, jan./mar. 2023.

ALVES, Luciana Amaral Teixeira. **A política externa brasileira na Presidência da República de Michel Temer**: a influência da crise política interna no primeiro ano e seis meses de governo. 2018. 35 f. TCC (Curso de Especialização em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

AMORIM, Celso. **Discurso proferido pelo embaixador Celso Amorim, por ocasião da transmissão do cargo de ministro de Estado das Relações Exteriores**. Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2003a. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/celso-amorim/discurso-proferido-pelo-embaixador-celso-amorim-por-ocasio-da-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

AMORIM, Celso. Celso Amorim participa de Fórum Brasil-África. **Agência Brasil**, Fortaleza, 2003b. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-05-21/celso-amorim-participa-de-forum-brasil-africa-em-fortaleza>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BANCO MUNDIAL; IPEA. **Ponte sobre o Atlântico Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento**. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3094/1/Livro_Ponte%20sobre%20o%20Atl%C3%A2ntico%20Brasil%20e%20%C3%81frica%20Subsaariana_parceria%20Sul-Sul%20para%20o%20crescimento.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. **Galeria dos ex-presidentes**, 2023. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Discurso do ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de estado das relações exteriores – Brasília, 18 de maio de 2016.** Ministério de Relações Exteriores, Brasília, 2016b. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Presidente (2019 – 2022: Jair Bolsonaro). **Discurso do presidente da república, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de recebimento de faixa presidencial.** Brasília – DF: Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação – Discurso do Presidente da República, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-dopresidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

BRASIL. Presidente (2016 – 2018: Michel Temer). **Discurso do presidente da república, Michel Temer, durante sessão solene de abertura da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP – Palácio Itamaraty, 31 de outubro de 2016.** Brasília – DF: Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação – Discurso do Presidente da República, 2016a. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-sessao-solene-de-abertura-da-xi-conferencia-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-cplp-palacio-itamaraty>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Presidente (2003 – 2010: Luiz Inácio Lula da Silva). **Pronunciamento do presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional.** Brasília – DF: Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação – Discurso do Presidente da República, 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relações bilaterais.** 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/africa-europa-e-oriente-medio>. Acesso em 02 dez. 2021

BRASIL. Presidência da República. **Viagens internacionais do presidente da república.** Relatórios da Secretaria de Imprensa, 2018. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michaeltemer/viagens-internacionais>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

CABRAL, Lídia; WEINSTOCK, Julia. Brazilian technical cooperation for development: drivers, mechanics and future prospects. **Overseas Development Institute**, London, set. 2010. Disponível em: <<https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/6137.pdf>>. Acesso em: 01 Ago. 2020.

CAMPOS, Diego Araújo. *África na Política Externa Brasileira*. IBRI, 2008. Disponível em: <<http://www.ibri-rbpi.org/?p=12172>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

HERMANN, Charles F. Changing course: when governments choose to redirect Foreign Policy. *International Studies Quarterly*, v. 34, n. 1, p. 3-21, mar. 1990.

IPEA. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010**. Brasília: Ipea/ABC, 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_cooperacao_brasileira_ed02a.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2021.

MELO, Thiago. Impeachment de Dilma Rousseff não mudará política externa com os PALOP. *DW*, 2016. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/impeachment-de-dilma-rousseff-n%C3%A3o-mudar%C3%A1-pol%C3%ADtica-externa-com-os-palop/a-19515031>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

OLIVEIRA, Cesar Augusto Tavares. A política externa do governo Temer: características e oportunidades de uma política pública negligenciada. *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 17, n. 34, p. 296-309, 2018.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. Política africana do Brasil: mudança entre Lula e Dilma? *Revista Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 6, n. 29, p. 33-47, abr./mai. 2015. ISSN: 2178-8839.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de; MALLMANN, Vinicius Henrique. **Rupturas e continuidades na política externa brasileira para a África no século XX**. 2019. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/231-ziebell-19.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

OSSAGÔ, Ricardo de Carvalho. **A nova institucionalização no sistema político internacional**: A política de cooperação internacional para o desenvolvimento dos países africanos de língua portuguesa. In: III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, 2013, Curitiba-PR. Anais III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política. UFPR – Curitiba 31 de julho de 2013 a 02 de agosto de 2013. Curitiba-PR, 2013.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. **Relações político-comercial Brasil-África (1985-2006)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2007.

RINALDI, Augusto Leal. **A política externa do governo lula**: identificações e orientações. 2015. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2015.

RIZZI, Kamilla Raquel. **O grande Brasil e os pequenos PALOP**: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010). 2012. 301 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RIZZI, Kamilla Raquel. Relações Brasil-PALOP: 40 anos de cooperação para o desenvolvimento no Atlântico Sul (1974/75-2015). **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 1, n.1, p.143-167, jan./jun. 2016.

SARAIWA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 44, p. 25-35, dez./2014.

SILVA, Álvaro Vicente Costa. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? um teste da teoria de Charles Hermann. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 10, n. 49, p. 23-41, jan./mar. 2019.

SILVA, André Luiz Reis da. **A política externa do governo Dilma Rousseff**: identificando interesses e condicionantes. Foz do Iguaçu: 4º Seminário Relações Internacionais da ABRI, 2018.

SILVA, André Luiz Reis da; ANDRIOTTI, Luiza Salazar. A Cooperação Sul-Sul na política externa do governo Lula (2003-2010). **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 3, n. 14, p. 69-93, out./nov. 2012.